



Governo federal e presidente da Câmara, Rodrigo Maia, discutem com o governador Pezão saída para a crise fiscal enfrentada pelo estado sem ter que abrir o cofre da União

ESFORÇO PARA SALVAR O RIO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que está empenhado em encontrar uma solução para a crise fiscal no Rio de Janeiro, desde que isso não prejudique o ajuste das contas públicas do governo Michel Temer (PMDB-SP). Caso o governo fluminense e o governo federal cheguem a uma proposta que precise passar pelo Legislativo, Maia garantiu que o texto seria votado na Câmara em 24 horas e pautado no Senado no dia seguinte.

“Nossa preocupação é que possamos restabelecer condições mínimas para pagar os salários dos servidores do Rio”, afirmou Maia, após reunião no Ministério da Fazenda com o ministro Henrique Meirelles e o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão. Maia destacou que a crise econômica não atinge apenas o Rio de Janeiro, mas todos os estados e municípios do país, independentemente dos partidos de governo e oposição estarem à frente dos governos locais.

O governador do Rio de Janeiro, Pezão (PMDB), disse ontem que não esperava um grande reforço de caixa com os recursos arrecadados pela União com imposto e multa na repatriação de ativos no exterior. Embora o conjunto de estados tenha rece-

bido R\$ 4,026 bilhões, coube ao Rio de Janeiro apenas R\$ 88,868 milhões. “Os critérios de divisão do fundo de participação dos estados são muito cruéis com o Rio de Janeiro e com São Paulo, unidades da federação que mais recolhem tributos no país. Mas já não contávamos com esses recursos. Na verdade, o que estamos propondo para o Rio são reformas muito mais estruturantes”, acrescentou.

CONVERSAS Pezão disse ainda que se reuniu na noite de anteontem com o presidente da República, Michel Temer e com Meirelles. Na tarde de ontem, ele conversou com o ministro da Fazenda e com o presidente da Câmara dos Deputados (DEM-RJ), Rodrigo Maia, para buscar outras saídas para a crise fiscal do Rio. “Não temos um plano B, as pessoas querem mais saúde, educação e segurança, mas não posso contratar nem um policial”, reclamou.

Entre as saídas que Pezão deve propor está a securitização da dívida ativa do estado do Rio e a criação de um fundo de ativos de empresas estatais estaduais. Segundo ele, o agravamento da situação dos entes federativos é consequência da queda “brutal” da arrecadação,

que deve melhorar a partir do próximo ano, com a retomada da confiança e dos investimentos. Ele acrescentou que a aprovação da PEC do Teto e da reforma da Previdência devem ajudar nesse processo.

TESOURO O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, fez questão de destacar no encontro que, apesar da situação do Rio, está descartada uma ajuda financeira direta do Tesouro para o estado. “O Tesouro hoje não tem condições de ajudar o Rio”, afirmou. “Pedi à Fazenda e ao Tesouro que avaliem o que é possível fazer sem impacto fiscal para a União”, acrescentou.

Maia defendeu a busca de uma solução transitória que garanta que o Rio não desrespeite os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas assegure o pagamento dos salários dos servidores. “Meu papel como deputado do Rio é colaborar e construir uma pauta que ajude na solução”, disse.

Maia destacou que os investidores teriam demonstrado interesse na possibilidade de securitização dos royalties de petróleo. Segundo ele, porém, é preciso construir uma proposta que dê segurança jurídica para esse tipo de operação.



CRÍTICAS DURAS

O governador do Rio de Janeiro, Pezão, subiu o tom ontem contra os funcionários públicos que invadiram a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) anteontem. Eles tentaram impedir as discussões sobre a proposta de ajuste fiscal do governo fluminense que, entre outras medidas, eleva a contribuição dos servidores para a previdência estadual. Pezão repetiu diversas vezes que o estado do Rio não pode suportar que 66% de seus aposentados do serviço público deixem de trabalhar com menos de 50 anos. "Sei que é um direito adquirido, mas as pessoas devem passar mais tempo

trabalhando. Nenhum estado suporta que 66% de suas aposentadorias sejam especiais", completou. Ontem, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Jorge Picciani (PMDB), um dos alvos dos protestos, anunciou que vai retirar do pacote a proposta que institui, provisoriamente, alíquota adicional de contribuição previdenciária de 16% sobre a remuneração dos servidores ativos e inativos e a eleva para 30% para inativos que ganham até R\$ 5.189,22. A medida já havia sido considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Rio, que concedeu medida liminar para suspendê-la.